

Redução da Jornada de Trabalho: Um Engano

No dia 30 de junho a Comissão da Jornada Máxima de Trabalho da Câmara dos Deputados do Brasil aprovou a redução da jornada de 44 para 40 horas semanais. Na avaliação de um deputado a medida é uma forma de lutar contra as conseqüências da crise sobre o desemprego. Claro que o tema ainda precisa ser apreciado pelas duas casas legislativas nacionais, mas será que deve ser vontade do povo brasileiro que tal iniciativa prospere?

O discurso em tela é uma das falácias, mais famosas na literatura econômica, conhecida como a falácia da fatia fixa do trabalho, identificada por Schloss em 1891. A idéia é de que há uma quantidade fixa de trabalho a ser performado e que basta regular a quantidade de horas, que cada indivíduo pode trabalhar, para aumentar a disponibilidade emprego. Essa idéia é intuitiva e volta à tona recorrentemente durante recessões e crises, mas consistentemente falha em dar resultados. Vejamos o porquê.

A redução da jornada de trabalho significa um custo mais alto do trabalho para as empresas, já que a menor carga horária dificilmente vem acompanhada de redução salarial compatível. Ademais, contratar novos funcionários significa treinar e ambientar mão de obra, o que por sua vez também representa custo adicional para as companhias.

A reação das empresas ao se deparar com uma força de trabalho artificialmente mais cara é reorganizar sua estrutura de forma a produzir mais intensamente a partir de máquinas reduzindo, portanto a disponibilidade de emprego na economia. A Europa assistiu processo similar a este quando após o choque do petróleo dos anos 70 adotou medidas restritivas às relações de trabalho a fim de proteger o emprego, alterando permanentemente a relação capital-trabalho. A França adotou exatamente essa medida, no ano 2000, reduzindo em 4 horas a jornada de trabalho com resultados desastrosos.

É claro que a relação empregado-empregador é desigual, afinal o salário é toda a renda de um trabalhador enquanto que o produto de um trabalhador representa apenas parte do lucro do empregador. Mas todos nós conhecemos a luta dos trabalhadores marcada pelo massacre de Haymarket, em 1886 em Chicago, celebrada até hoje todo primeiro de maio. E sabemos que hoje as relações de trabalho já são bastante reguladas tanto no Brasil, como em todo mundo.

Já existe um consenso de que algum tipo de regulação é necessária para o mercado de trabalho, a questão gira em torno de que tipo de regulação é ideal. Portanto, tanto a suposta panacéia de que o Brasil não avança porque o mercado de trabalho é regulado, quanto a idéia de que o trabalhador é explorado pelo empresário não passam de mera propaganda ideológica. Por falta de espaço, deixarei para contar-lhes num próximo artigo, o que se sabe sobre o melhor desenho de regulação do mercado de trabalho.

Quanto a questão das horas trabalhadas, é natural que, com o desenvolvimento econômico e o crescimento da renda, as pessoas queiram trabalhar menos horas. Afinal, tempo livre é um bem que o dinheiro não pode comprar. O caminho natural e no melhor interesse de empregados e empregadores é que sindicatos comecem a negociar pisos para categorias e acordos com empresas em termos de hora trabalhada, ao invés de um valor mensal supondo uma jornada de trabalho semanal.

Igor Barenboim é Ph.D. em Economia por Harvard e subsecretário de administração da cidade do Rio de Janeiro